



Vozes do poder, vozes da memória: reflexões sobre a prática do canto escolar em Belém do Pará a partir dos documentos administrativos da gestão Antônio Lemos (1899-1905)

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: Musicologia

Eduardo Mário da Silva Nascimento
Universidade do Estado do Pará
Edumagister1@gmail.com

Jonas Monteiro Arraes
Universidade do Estado do Pará
jonas.arraes@uepa.br

Resumo. Esta pesquisa investiga os discursos e as representações sobre o canto escolar durante a Primeira República em Belém do Pará, a partir da análise de relatórios administrativos, de legislações, de regulamentos, de atos e de decisões da administração pública municipal e estadual produzidos entre 1899 e 1905. Fundamenta-se teoricamente em Foucault (2008; 2014), Bourdieu (1989; 2008), Gramsci (2001) e Le Goff (1990; 2003) e adota uma abordagem qualitativa de natureza histórico-documental, baseada em fontes primárias disponíveis em acervos digitais e instituições de memória. Os resultados preliminares indicam que o canto escolar ultrapassa sua função artística ou pedagógica, constituindo-se como prática educativa voltada à difusão de valores cívicos, patrióticos e morais, integrando estratégias de formação de sensibilidades e de disciplinamento dos corpos vinculadas à consolidação dos ideais republicanos. O estudo busca contribuir para os debates sobre história da educação musical, cultura escolar e processos de construção simbólica da República na Amazônia.

Palavras-chave: Canto escolar, Primeira República, Antônio Lemos, Belém do Pará.

Title. *Voices of Power, Voices of Memory: Reflections on School Singing Practices in Belém, Pará, Through Administrative Documents from the Antônio Lemos Administration (1899–1905)*

Abstract: This study investigates the discourses and representations of school singing during the First Brazilian Republic in Belém, Pará, through the analysis of administrative reports, legislation, regulations, acts, and official decisions issued by municipal and state public authorities between 1899 and 1905. It is theoretically grounded in Foucault (2008; 2014), Bourdieu (1989; 2008), Gramsci (2001), and Le Goff (1990; 2003), and adopts a qualitative historical-documentary approach based on primary sources preserved in digital archives and memory institutions. The preliminary findings indicate that school singing extended beyond its artistic and pedagogical functions, becoming an educational practice aimed at disseminating civic, patriotic, and moral values while contributing to the formation of sensibilities and the disciplining of bodies associated with the consolidation of Republican ideals. The study seeks to contribute to debates on the history of music education, school culture, and the symbolic construction of the Republic in the Amazon region.

Keywords: School singing, First Brazilian Republic, Antônio Lemos, Belém, Pará.

Introdução

A investigação acerca das práticas musicais escolares, particularmente o solfejo e o canto coral implementadas no sistema público de instrução da cidade de Belém durante a administração do intendente Antônio Lemos (1897-1911), revelou-se um objeto de estudo que ultrapassa os limites da história da educação musical. O avanço da pesquisa documental e o diálogo com a bibliografia especializada, descortinam um campo de relações mais amplo, no qual questões educacionais, políticas, culturais e sociais se entrecruzam.

As fontes analisadas não apenas registram a presença da música nas escolas municipais, como também permitem observar os sentidos atribuídos a essa prática, em um período marcado pela consolidação do regime republicano e pela difusão de projetos de modernização da sociedade paraense.

Partindo desses pressupostos, este estudo tem como objetivo refletir sobre os modos pelos quais o canto escolar foi constituído e legitimado nos documentos administrativos produzidos entre 1899 e 1905 (Lemos, 1902; 1903; 1904; 1905), como projeto educacional voltado à formação cívica da infância. Busca-se, então, compreender como essa prática foi incorporada às políticas públicas de instrução e quais representações lhe conferiram relevância no interior de um contexto que associava educação, progresso e construção da cidadania republicana.

Interessa, portanto, examinar não apenas a presença do ensino musical nas escolas municipais de Belém, mas também os significados políticos, sociais e simbólicos que lhe foram atribuídos no contexto da instrução pública. Para tanto, esta pesquisa insere-se em uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições da História, da Sociologia da Educação e da Musicologia, de modo a compreender o fenômeno em sua complexidade por meio do diálogo entre diferentes campos de conhecimento.

Os documentos registram práticas pedagógicas, dispositivos normativos, discursos políticos e experiências musicais que não podem ser reduzidos a uma única dimensão interpretativa. Assim, a análise procura considerar simultaneamente os processos institucionais que regulamentaram o ensino musical, os discursos que o legitimam e os contextos históricos que favoreceram sua implementação.

No plano teórico-metodológico a pesquisa se apoia, inicialmente, nas reflexões de Foucault (1995; 2008; 2014) acerca das relações entre discurso, poder e produção de saberes, bem como na concepção de documento-monumento, formulada por Le Goff (2003). Tais referenciais permitem compreender os documentos administrativos não apenas como registros

do passado, mas como produções históricas vinculadas a projetos políticos específicos e a disputas em torno da construção da memória social.

Para a leitura e a interpretação dos resultados, recorreremos ainda às contribuições de Bourdieu (1989; 2008) especialmente aos conceitos de violência simbólica, de reprodução social, de distinção e de arbitrário cultural mobilizados aqui como possibilidades analíticas para compreender os processos de legitimação de determinadas práticas culturais no espaço escolar. Complementam esse quadro, autores que investigam e contribuem com a história da música e da educação no Pará, entre eles: Salles (1969; 2016; 2023), Sarges (2010), Lopes e França (2022).

O presente artigo, estruturado com o apoio do meu orientador, constitui um recorte de uma investigação mais ampla, atualmente desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Música na Amazônia (PPGMUSA), da Universidade do Estado do Pará.

Nesse sentido, a análise dos discursos oficiais que acompanharam a inserção do canto escolar na instrução pública municipal, bem como dos mecanismos administrativos responsáveis por sua regulamentação, busca compreender de que maneira o ensino musical passou a integrar um conjunto mais amplo de políticas e de iniciativas educacionais voltadas à formação de comportamentos, de práticas e de valores considerados compatíveis aos ideais republicanos, então em circulação na sociedade paraense.

O discurso oficial sobre instrução pública

A documentação produzida pela administração pública constitui uma construção histórica elaborada em contextos específicos, atravessada por interesses políticos, por disputas de poder e por projetos de organização social. Nessa perspectiva, Le Goff (1990, p. 535) afirma que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

Essa perspectiva dialoga com Penna e Ferreira Filho (2019), para os quais a investigação documental pressupõe o reconhecimento tanto das potencialidades quanto das limitações das fontes oficiais que requer considerar condições de produção dos documentos, silêncios que os atravessam e as disputas de memória nelas inscritas. A interpretação histórico-documental deve fundamentar-se rigorosamente nas evidências disponibilizadas pelo *corpus* documental, evitando extrapolações interpretativas sem respaldo nas fontes.



A análise dos Actos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901), dos Relatórios Administrativos de Antônio Lemos (1899-1905) e dos periódicos *A Escola* e *A Província do Pará* permite compreender como a instrução pública foi concebida pelas autoridades republicanas como elemento fundamental para a formação social da população e para a consolidação dos valores associados ao ideal de progresso e modernidade.

A educação era entendida como instrumento de moralização, difusão de hábitos civilizados e formação dos futuros cidadãos republicanos, ultrapassando a simples transmissão de conhecimentos elementares para atuar diretamente na organização da vida social. Nesse contexto, a música escolar, especialmente o canto coral e o solfejo, passou a ocupar espaço crescente nas iniciativas educacionais promovidas pela Intendência Municipal.

Em regulamento publicado por Antônio Lemos, o ensino musical deveria restringir-se aos conhecimentos considerados necessários aos objetivos da instrução primária, “não devendo aprofundar teorias, mas exclusivamente o indispensável para os fins que visa” (Lemos, 1904, p. XLIV). A formulação evidencia que o interesse da administração não estava voltado, inicialmente, à formação de músicos profissionais, mas à utilização pedagógica da música como instrumento de formação escolar.

Essa compreensão também aparece nos registros publicados em *A Província do Pará*, periódico pertencente ao próprio Antônio Lemos e que funcionava como importante meio de divulgação das ações da municipalidade. As notícias relativas às aulas de canto coral e do solfejo destacavam a regularidade das atividades, a participação dos estudantes e os progressos obtidos nos exercícios coletivos.

No ano de 1899, por exemplo, o jornal registrou o funcionamento regular das aulas sob a direção de Clemente Ferreira Júnior, ressaltando o bom desempenho dos estudantes nas atividades de entonação e de solfejo. Poucos dias depois, noticiou a presença de 303 estudantes reunidos no salão do Theatro da Paz, destacando o “notável progresso” alcançado na execução da escala de dó maior e de seus intervalos (Ensino Municipal, 1899a).

Dessa forma, mais do que simples informes escolares, eles contribuem para compreender a construção de uma narrativa pública acerca da instrução municipal. Ao enfatizar assiduidade, disciplina e progresso, os periódicos reforçaram a imagem de uma administração comprometida com a modernização educacional e com a formação das novas gerações. Os jornais não devem ser interpretados apenas como fontes informativas, mas como parte do universo discursivo que buscava legitimar as ações implementadas pelo poder público.





Sob essa ótica, as contribuições de Foucault (2008) revelam-se particularmente relevantes e fecundas para a análise aqui empreendida. As referências recorrentes à ordem, ao progresso, à disciplina e à educação evidenciam a existência de regularidades discursivas que associavam a instrução pública à construção de uma sociedade moderna e moralmente regenerada.

A análise dos documentos examinados evidencia que a educação é concebida como dispositivo estratégico de reorganização da ordem social e de consolidação dos princípios e dos valores republicanos, configurando um campo discursivo relativamente coeso que atribui à formação da infância um papel central na consolidação do projeto político, moral e civilizatório da República.

O canto escolar insere-se, portanto, nesse conjunto de representações. Sua valorização não decorria prioritariamente de qualidades artísticas, mas das funções educativas que lhe eram atribuídas pelas autoridades municipais. Os exercícios coletivos, a participação em solenidades públicas e a execução de repertórios previamente selecionados permitiam associar a música à formação moral, ao cultivo de sentimentos patrióticos e à integração dos estudantes às celebrações cívicas.

As apresentações públicas, os festejos escolares e as comemorações oficiais amplamente registrados pela documentação contribuíram para consolidar determinadas imagens da escola e da infância republicana. Como observa Le Goff (1990; 2003), aquilo que uma sociedade escolhe registrar e preservar também expressa relações de poder e de disputas em torno da construção da memória.

Logo, a documentação examinada permite inferir que a legitimação do canto escolar foi construída por meio de diferentes registros discursivos convergentes entre si. Nesse conjunto de enunciados, a música era concebida simultaneamente como recurso pedagógico para o ensino elementar, para a prática moralizadora voltada à formação dos estudantes e como instrumento de difusão dos valores cívicos e republicanos. Longe de constituírem dimensões independentes, esses elementos integram um mesmo projeto sistêmico de formação educacional da infância.

A institucionalização sistêmica do ensino musical

A prática musical instrucional aplicada no Pará é remanescente desde o período imperial a qual estava vinculada aos espaços formativos e educativos religiosos. Entre seus antecedentes mais significativos, destaca-se a Schola Cantorum da Catedral de Belém, criada





em 1735 pelo chantage Lourenço Álvares Roxo para a formação de cantores destinados às celebrações religiosas da Sé (Rocha, 1993).

Embora vinculada a finalidades e a funções distintas daquelas posteriormente observadas na instrução pública, sua existência demonstra que o ensino sistemático da música possuía raízes históricas importantes na região.

Contudo, a institucionalização do ensino musical no sistema municipal de instrução apresentou características próprias e deve ser compreendida no contexto das reformas educacionais implementadas pela administração republicana. Os indícios documentais sugerem que esse processo começou a ganhar forma em 1899, quando os periódicos locais passaram a divulgar a intenção da Intendência de organizar uma escola de canto coral destinada aos alunos das escolas municipais.

Segundo notícia publicada em A Província do Pará (Ensino Municipal, 1899b), Antônio Lemos pretendia encarregar Clemente Ferreira da condução dessas atividades, organizadas com estudantes de ambos os sexos e realizadas no salão do Theatro da Paz.

Meses depois, em 12 de novembro de 1899, a proposta foi formalizada por meio dos Atos e Decisões do Executivo Municipal. Na ocasião, Antônio Lemos instituiu oficialmente o ensino de solfejo e de canto coral nas escolas municipais, colocando-o sob a direção de Clemente Ferreira Júnior. Ele também estabelece instruções provisórias destinadas a regulamentar o funcionamento das aulas e a orientar sua aplicação no sistema de ensino. A partir daí, a música passou a integrar de forma mais estruturada as ações educacionais promovidas pela Intendência.

A implementação do projeto, entretanto, não ocorreu de maneira linear. Em março de 1901, as atividades foram temporariamente suspensas em razão das reformas que estavam sendo planejadas para a instrução pública municipal. A interrupção demonstra que a consolidação do ensino musical estava diretamente relacionada a um processo mais amplo de reorganização administrativa e pedagógica.

O tema reaparece com destaque no relatório apresentado por Antônio Lemos à Câmara Municipal em 1904. Ao justificar a retomada da iniciativa, o intendente procurou associá-la a experiências educacionais observadas em países europeus e registrou os resultados obtidos e as resistências encontradas durante sua implementação.

A exemplo do que se faz na França, Itália, Alemanha e outros países, onde o ensino artístico acompanha os movimentos da instrução literária, resolvi instituir nas escolas mantidas pela Intendência o ensino obrigatório da música [...] infelizmente, o nosso povo, bastante bisonho, não soube





compreender todo o alcance da progressista medida. Começaram a aparecer, da parte de alguns pais de alunos, dificuldades para mandarem seus filhos à aula de canto (Lemos, 1902, p. 234).

O relato evidencia que a implantação do ensino musical não ocorreu sem tensões e sugere a existência de diferentes percepções sociais acerca do papel da música na formação escolar. Apesar dessas dificuldades, a regulamentação dos Cânticos Escolares, promulgada em 11 de junho de 1904, representa um momento decisivo no processo de institucionalização do ensino musical.

A partir desse regulamento, a música deixou de depender exclusivamente de iniciativas administrativas pontuais e passou a integrar formalmente a organização pedagógica das escolas municipais. O documento estabeleceu repertórios específicos, definiu ocasiões para sua execução e atribuiu responsabilidades aos profissionais envolvidos.

A obrigatoriedade dos hinos escolares em momentos determinados da rotina educacional (abertura e encerramento das aulas, festas escolares e comemorações históricas) evidencia o grau de integração alcançado pela música no cotidiano das instituições. Mais do que atividade complementar, o canto escolar passou a ocupar posição regulamentada no interior da cultura escolar republicana.

Os relatórios administrativos indicam o aprofundamento desse processo; neles aparece a figura do professor especialista de canto coral, responsável pela coordenação dos ensaios e pela preparação dos estudantes para apresentações públicas. Essas atribuições também eram complementadas pelos professores de classe, enquanto o Diretor de Ensino exercia funções de acompanhamento e de fiscalização das atividades musicais.

Observada em seu conjunto, essa documentação (Lemos, 1902; 1903; 1904; 1905) permite identificar um percurso relativamente consistente de institucionalização. Entre 1899 e 1905, o ensino da música deixou de se constituir uma proposta de caráter experimental para consolidar-se como componente regulamentado do sistema de ensino público municipal. Esse movimento foi resultado de sucessivas iniciativas administrativas voltadas à incorporação da prática musical ao projeto educacional republicano, atribuindo-lhe funções pedagógicas e cívicas no âmbito da escola e da formação da infância.

Música, civismo e disciplinamento

Na passagem do século XIX para o XX, Belém experimentou um dos períodos mais significativos de sua história. A consolidação do regime republicano, associada à prosperidade





econômica decorrente do ciclo da borracha, favoreceu a implementação de um amplo projeto de modernização que buscava aproximar a capital paraense dos modelos urbanos e culturais europeus, especialmente os franceses.

Os relatórios administrativos, a legislação, os periódicos e demais documentos oficiais produzidos no período evidenciam a recorrência de referências à cultura europeia como paradigma de civilização, progresso e refinamento social.

Sob a liderança de governadores como Lauro Sodré, José Paes de Carvalho e Augusto Montenegro, foram promovidas reformas administrativas, educacionais, sanitárias e urbanísticas destinadas a consolidar a imagem da capital como vitrine do progresso republicano na Amazônia. Nesse contexto, diversas instituições foram reorganizadas e fortalecidas, assumindo papel estratégico na difusão dos ideais republicanos e na formação de uma nova cultura política.

Para os interesses desta pesquisa, destacam-se a Diretoria Geral de Instrução Pública, os Grupos Escolares, a Escola Normal do Pará, o Instituto Cívico-Jurídico e a Biblioteca Pública do Pará. Embora algumas dessas instituições possuíssem existência anterior à República, foi nesse período que adquiriram maior estrutura administrativa, regulamentação e visibilidade, tornando-se instrumentos fundamentais do projeto de construção de uma sociedade identificada com os valores da modernidade, da ordem e do progresso.

A administração municipal, especialmente na gestão de Antônio Lemos, assumiu papel central na execução dessas reformas. A capital passou por um amplo processo de remodelação espacial, caracterizado pela abertura de avenidas, modernização dos serviços de iluminação, implantação de sistemas de saneamento e reorganização dos espaços públicos. Como demonstra a historiografia sobre a *Belle Époque* paraense, tais transformações extrapolavam a dimensão material da cidade, articulando-se a um projeto mais amplo de ordenamento social e moralização dos costumes.

Politicamente, o período foi marcado pela hegemonia das oligarquias vinculadas ao Partido Republicano Paraense e pelo uso dos meios de comunicação como instrumentos de legitimação do novo regime. Os discursos sobre ordem, progresso, civilização e patriotismo não apenas expressavam um ideal de sociedade, mas operavam como mecanismos de distinção social, definindo quais práticas, valores e sujeitos seriam reconhecidos como legítimos no interior da ordem republicana.

A articulação entre instrução pública, regeneração moral e progresso nacional na Belém da virada do século ganha inteligibilidade quando analisada à luz da categoria de





hegemonia em Gramsci (2001). Para o pensador italiano, os intelectuais operam como "prepostos" dos grupos dominantes, organizando as funções de direção social e governo político.

Sob esse prisma analítico, figuras como José Veríssimo, Justo Chermont, Virgílio Cardoso de Oliveira e Hygino Amanajás não atuavam como educadores neutros, mas como agentes centrais na elaboração do discurso pedagógico republicano. As obras de educação cívica, patriotismo e moral por eles produzidas constituíam tecnologias intelectuais voltadas a incutir, nas camadas populares, uma identidade nacional rigorosamente alinhada aos projetos de civilização e controle social das elites dirigentes.

À luz dos postulados de Bourdieu (1989), essas iniciativas não podem ser compreendidas apenas como medidas administrativas ou educacionais; trata-se de mecanismos de produção e de legitimação de uma visão de mundo específica, capaz de naturalizar classificações sociais e de estabelecer critérios legítimos para distinguir comportamentos considerados modernos, civilizados e desejáveis daqueles percebidos como atrasados ou incompatíveis com o projeto republicano.

Se Gramsci (2001) nos permite identificar a função dos intelectuais na articulação da hegemonia, Bourdieu (1989) evidencia como essa direção política se consolida no plano subjetivo por meio do poder simbólico operacionalizado por intermédio dos discursos pedagógicos e das práticas culturais, contribuindo para a formação de disposições, de sensibilidades e de formas de pertencimento social. É fundamentado nesse ponto de convergência que se observa o processo de institucionalização e de normatização do canto escolar no sistema municipal de ensino de Belém.

O canto escolar em Belém e os debates sobre sua precedência histórica

Ao analisar a vida musical paraense entre os séculos XIX e XX, Salles (2023) destaca que a chamada *Belle Époque* amazônica não se restringiu às empreitadas culturais estrangeiras; segundo ele, o período que a sucede é de “decadência” e, sobretudo, de “ausência” dos lucrativos negócios estrangeiros; mas foi igualmente marcado pela valorização de iniciativas locais e pelo desenvolvimento de experimentos culturais próprios, mesmo com matrizes externas.

Contrapondo-se a leituras que atribuem a introdução do canto coral escolar no Brasil a experiências desenvolvidas em São Paulo, Salles (2023) argumenta que Belém implementou, já no início do século XX, uma sistemática prática de ensino musical escolar de





grandes proporções, reunindo centenas de estudantes em apresentações públicas vinculadas às comemorações cívicas.

Clemente Ferreira Júnior começou o orfeão escolar de 150 cantores em 1904, e logo reuniu, em 1905, 400 vozes e, de forma crescente, chegou em 15 de agosto de 1911, nas comemorações de Adesão do Pará à Independência, a reunir nada menos de 1.500 vozes juvenis e, no 7 de setembro, repetiu o feito com 2 mil vozes. (Salles, 2023 p. 28)

Essa análise permite incluir a experiência de Belém entre os processos pioneiros de implementação do ensino musical no sistema de instrução pública republicana. A institucionalização dessa prática encontra respaldo em diferentes fontes documentais, como o Regulamento dos Cânticos Escolares, promulgado em 11 de junho de 1904 regulamentada pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Virgílio de Oliveira; ele representa, até o momento, o principal instrumento normativo identificado para a compreensão da organização do ensino musical na rede pública municipal.

A apreciação feita no regulamento revela que o canto escolar foi concebido como atividade obrigatória e integrada formalmente ao currículo municipal. O texto estabelece objetivos pedagógicos, define modalidades de prática musical, regulamenta atribuições docentes e disciplina a organização das apresentações públicas. Mais do que ensinar conteúdos musicais, ele procurava orientar o uso da música como instrumento de formação moral, cívica e patriótica.

Os dispositivos normativos demonstram a existência de uma estrutura administrativa relativamente complexa, envolvendo a atuação conjunta da Diretoria de Instrução Pública, dos professores especializados e dos docentes regentes das turmas. Ademais, o regulamento incentivava a produção e a adaptação de repertórios adequados aos objetivos educativos da escola republicana, estabelecendo concursos, premiações e mecanismos de reconhecimento para autores e professores envolvidos na elaboração dos cânticos.

Nesse sentido, estudos de Lopes e França (2022) identificam a recorrência de hinos e cânticos escolares voltados à exaltação da pátria, da instrução, do trabalho e da moralidade. Obras como *A Pátria* de Olavo Bilac, *A Instrução* de Fernandes Bello e *A Marselheza do Estudo* de Raymundo Nunes ilustram a estreita relação entre música, civismo e formação moral presente no repertório escolar paraense do período.

Na perspectiva foucaultiana, o canto escolar pode ser compreendido como tecnologia disciplinar voltada à formação de corpos dóceis e úteis. A execução coletiva dos hinos exigia



observância de regras específicas de comportamento. As apresentações públicas transformavam-se em demonstrações visíveis da eficácia do trabalho escolar, convertendo os estudantes em representações simbólicas da ordem republicana.

Sua principal finalidade era política e pedagógica; por meio dos cânticos, buscava-se inculcar valores considerados fundamentais para a consolidação da República: disciplina, patriotismo, respeito à autoridade, valorização do trabalho e compromisso com a coletividade. A escola atuava, assim, como espaço privilegiado de produção de subjetividades compatíveis com o projeto político das elites dirigentes.

Os resultados preliminares da investigação indicam que a institucionalização do ensino musical em Belém constituiu parte de um conjunto mais amplo de estratégias de governo da infância. O canto escolar integrava mecanismos de socialização política destinados à difusão dos ideais republicanos, funcionando simultaneamente como prática educativa, instrumento de disciplinamento corporal e dispositivo de construção simbólica da nacionalidade.

Ao mesmo tempo, a pesquisa procura problematizar a aparente homogeneidade desses discursos, investigando tensões, apropriações e ressignificações que marcaram a experiência concreta da música escolar paraense; desse modo, espera-se contribuir para a ampliação dos estudos sobre história da educação musical, cultura escolar e processos de construção da memória e da identidade republicana na Amazônia, evidenciando como as vozes do poder se materializam nas práticas educativas e como elas permanecem inscritas na memória histórica da educação paraense.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

ENSINO Municipal. *A Província do Pará*. Belém: Hemeroteca Digital Brasileira, ano 24, n. 231, p. 1, 4, 4 out. 1899a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128082&Pesq=%22CANTO%20CORAL%22&id=272202458567&pagfis=6781>. Acesso em: 8 jun. 2026.

ENSINO Municipal. *A Província do Pará*. Belém: Hemeroteca Digital Brasileira 24, n. 236, p. 1, 9 out. 1899b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128082&Pesq=%22CANTO%20CORAL%22&id=272202458567&pagfis=6806>. Acesso em: 8 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990 (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 535-549.

LE MOS, Antônio José. *O município de Belém*: relatório apresentado ao CMB, sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897 a 1902. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1902. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LE MOS, Antônio José. *O município de Belém*: relatório apresentado ao CMB, sessão de 15 de novembro de 1903, referente ao ano de 1902. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1903. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-municipio-de-belem-relatorio-apresentado-ao-conselho-municipal-de-belem-na-sessao-de-15-de-novembro-de-1903-referente-ao-ano-de-1902/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LE MOS, Antônio José. *O município de Belém*: relatório apresentado ao CMB, sessão de 15 de novembro de 1904, referente ao ano de 1903. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-municipio-de-belem-relatorio-apresentado-ao-conselho-municipal-de-belem-na-sessao-de-15-de-novembro-de-1904-referente-ao-ano-de-1903/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LE MOS, Antônio José. *O município de Belém*: relatório apresentado ao CMB, sessão de 15 de novembro de 1905, referente ao ano de 1904. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1905. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/relatorios/lemos/omunicipio-debelemrelatoriolemos1905referentea1904/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LOPES, Mário Allan S.; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A. de. Os poemas e os hinos escolares no ensino primário paraense: difundindo o sentimento republicano (1904-1905). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara: Unesp/FCLAr, v. 17, n. 2, p. 1402-1425, abr./jun., 2022.

PENNA, Maura; FERREIRA FILHO, João Valter. Os limites das fontes documentais: do samba-enredo da Mangueira 2019 ao discurso oficial sobre o canto orfeônico. *Opus - Revista Eletrônica da Anppom*. Porto Alegre: Anppom, v. 25, n. 3, p. 602-628, set/dez, 2019. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2019c2527>. Acesso em: 10 jun. 2026.



ROCHA, Hugo. *O Seminário de Belém: em comemoração aos sessenta anos de sua última reabertura*. Belém: Falangola Editora, 1993.

SALLES, Vicente. Quatro séculos de música no Pará. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Conselho Federal de Cultura, n. 2, p. 13-35, 1969.

SALLES, Vicente. *Música e músicos do Pará*. 3. ed. rev. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2016.

SALLES, Vicente. *A música e o tempo no Grão-Pará: belle époque*. Organização de Marena Salles e Gustavo Fróes. 2. ed., v. 2. Belém: Paka-Tatu, 2023.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

